

CONSÓRCIO SETENTRIONAL DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA DE BRASÍLIA E UNIVERSIDADE ESTADUAL
DE GOÍAS

Curso de Licenciatura em Biologia a Distância

Maria da Paz Campos Barros

Merenda escolar: Aceitabilidade pelos discentes

Brasília
2012

Maria da Paz Campos Barros

Merenda escolar: Aceitabilidade pelos discentes

Monografia apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Biologia, na Universidade de Brasília, sob a orientação da Prof. Msc. Anne Caroline Dias Neves.

Brasília
2012

Maria da Paz Campos Barros

Merenda escolar: Aceitabilidade pelos discentes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Biologia da Universidade de Brasília.

Aprovado em dia de mês de ano.

Prof. Ms, Anne Caroline Dias Neves
Universidade de Brasília
Orientadora

Avaliador (a)

Avaliador (a)

Prof. Lenise Garcia
Universidade de Brasília
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Biologia

Brasília
2012

Dedico este trabalho principalmente à minha família, que sempre acreditou em minha capacidade de vencer e conseguir a minha tão sonhada formação em Biologia.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, pois sem a sua ajuda nada seria possível.

Á todos da minha família que me sustentaram nesta caminhada.

Ás minhas amigas de curso e aos professores pelos valiosos incentivos.

Á todos os que me ajudaram a concretizar este sonho.

“Educação não é sinônimo de transferência de conhecimento pela simples razão de que não existe um saber feito e acabado, suscetível de ser captado, e em seguida depositado nos educando”.

(Paulo Freire)

Resumo

A aceitabilidade de hábitos alimentares saudáveis é um assunto comumente polêmico que abrange toda a sociedade brasileira, incluindo hábitos alimentares escolares. Esses hábitos tendem a modificar em decorrência das adaptações do modo de vida, que conseqüentemente vem sendo modificado com o passar dos anos. Hoje o conhecimento do cardápio pelos alunos é um fator determinante para a aceitação da merenda escolar oferecida. A merenda escolar vai além do ato de degustar, ela permite que o aluno passe a ter uma alimentação saudável, vindo a influenciar de maneira positiva no decorrer da sua vida. Nesse trabalho será mostrado o papel da escola em fazer com que o aluno reconheça que a alimentação saudável é fundamental para se ter uma melhor qualidade de vida. A aceitação da merenda escolar será avaliada baseada na opinião dos alunos do Centro de Ensino Fundamental 11, localizada na cidade do Gama (Distrito Federal), de forma que possamos compreender a preferência dos alunos e sugerir possíveis soluções para elaboração de um cardápio escolar mais atrativo, porém dentro dos critérios estabelecidos pelo PNAE e PEAE/DF.

Palavras chave: Aceitabilidade - Alimentação saudável - Cardápio escolar

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Cardápio oferecido pela escola CEF 11/Gama-DF no período matutino a partir de 27/08 a 28/09 de 2012.....	19
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Percentual de aluno investigado do CEF 11/Gama-DF que tomam café da manhã antes de vir para a escola.....	24
Figura 2- Percentual de alunos pesquisados que comem a merenda oferecida na escola CEF 11/Gama-DF.....	25
Figura 3- Percentual de alunos pesquisados que gosta da merenda servida na escola CEF 11/Gama-DF.....	26
Figura 4- Percentual de alunos pesquisados que costumam repetir a merenda escolar ofertada pelo CEF 11/Gama-DF.....	27
Figura 5- Percentual de alunos pesquisados que consideram a merenda escolar ofertada pelo CEF 11/Gama-DF saudável.....	28

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF	Constituição Federal
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CGU	Controladoria da União
CDIS	Correção de Idade e Série
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo da Educação Básica
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério Público
MS	Ministério da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PEAE/DF	Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
PROINFÂNCIA	Fundo Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil
SEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SES	Secretaria de Estado de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. PROGRAMA MERENDA ESCOLAR.....	14
3. ELABORAÇÃO DO CARDÁPIO ESCOLAR.....	18
4. ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL 11_GAMA-DF.....	20
5. OBJETIVOS.....	22
5.1 GERAL.....	22
5.2 ESPECÍFICOS.....	22
6. METODOLOGIA	23
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
APÊNDICES	34

1. INTRODUÇÃO

A modernização e o urbanismo nas cidades vêm transformando de modo significativo os hábitos alimentares e o estilo de vida da maioria da população, o que favorece o desenvolvimento de algumas doenças, entre as quais se destacam a obesidade, o diabetes e as doenças cardíacas, que afetam inclusive as crianças e adolescentes (França, 2008).

Os hábitos alimentares adquiridos durante a infância e adolescência podem influenciar preferências e práticas na idade adulta e, conseqüentemente, o estado nutricional. Também, é nessa fase que as ações de intervenção podem ser mais efetivas, propiciando a aquisição de hábitos alimentares mais saudáveis e contribuindo para uma melhor qualidade de vida desde os primeiros anos (Sampaio *et al.*, 2007).

Nesse contexto, França (2008) nos diz que: “a escola pode representar o ambiente ideal para aprendizagem de conceitos importantes e mudanças de atitude e comportamento para um estilo de vida saudável”. Nesse sentido, a merenda escolar é um momento oportuno para favorecer a formação de bons hábitos alimentares, tendo em vista que também é uma das formas dos estudantes terem noção sobre alimentação saudável (Mura, 2007).

A Constituição Brasileira (CEF, 1998) em seu art. 208 inciso VII determina que é dever do Estado a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A fim de cumprir essa regulamentação, o Ministério da Educação (MEC), órgão norteador da política educacional no Brasil, criou programas como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar), PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Fundeb (Fundo da Educação Básica) e Proinfância (Fundo Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil). Dentre esses programas do Governo Federal o PNAE, foi

criado em 1954 e implantado em 1955, para garantir, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (MEC, 2009).

No entanto, durante mais de meio século de existência, o PNAE passou por sucessivas mudanças, possibilitando um contínuo processo de aprimoramento. Mas, com sua descentralização, em 1994, foram transferidas para as administrações locais as decisões sobre os alimentos a serem fornecidos aos alunos (Brasil, 1999). Essa descentralização, segundo Pipitone (1997), tende a melhorar a aceitação das refeições, pois podem ser incorporados alimentos *in natura*, respeitando os hábitos dos escolares e permitindo a diversificação dos cardápios e o maior acompanhamento das escolas.

Nesse contexto, a merenda escolar deve proporcionar bem-estar aos alunos durante o período de sua permanência na escola, suprir parte de suas necessidades nutricionais e ao mesmo tempo ocasionar oportunidade para que os escolares sejam estimulados a conhecer, valorizar e aceitar com satisfação novos alimentos, adquirir boas práticas alimentares, além de comportamentos adequados do ponto de vista e de higiene (Brasil, 2000).

Nesse sentido, o planejamento eficiente de cardápios requer observações quanto ao preparo e maneira de servir os alimentos, levando em conta o aspecto final “do prato” por meio da combinação de cores e consistência, pois são fatores que influenciam na aceitação da refeição. (Gaglianone, 2003). De acordo com Calil & Aguiar (1999), os maiores índices de aceitabilidades do cardápio escolar dependem da obediência a critérios como hábitos alimentares, características nutricionais, custo, horário de distribuição e estrutura das cozinhas das unidades educacionais.

A realização da pesquisa de opinião sobre a aceitação da alimentação escolar e hábitos alimentares, segundo Calil & Aguiar (1999), é de grande importância para os serviços de alimentação escolar, bem como sobre hábitos alimentares dos alunos, facilitando assim o planejamento de cardápios e, conseqüentemente, a aceitação da merenda escolar.

Diante do exposto, veio a necessidade de verificar qual é a merenda ofertada na Escola de Ensino Fundamental 11 (CEF 11) da cidade satélite

Gama – DF e qual seria a melhor forma de se adaptar de acordo com a aceitação dos alunos. Esta investigação visou um estudo quanti-qualitativo da aceitabilidade da alimentação escolar e seus determinantes pelos alunos dessa escola possibilitando uma melhor compreensão sobre a preferência desses alunos e possíveis soluções para a elaboração de um cardápio escolar mais atrativo aos discentes, sem fugir às regras estabelecidas pelo PNAE e PEAE/DF.

2. PROGRAMA MERENDA ESCOLAR

A Lei nº 11.947/2009 dispõe sobre a alimentação escolar, ou seja, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Resolução do FNDE nº 38/2009 regulamenta alguns itens dessa lei. No entanto, o PNAE foi implantado em 1955, e prevê a transferência de recursos financeiros, para garantir, de forma suplementar, a alimentação escolar dos alunos da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, inclusive das escolas indígenas e quilombolas e escolas filantrópicas (MEC, 1999).

De acordo com o Ministério da Saúde (2000), o PNAE tem por objetivo atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O PNAE, mais conhecido como Merenda Escolar, é de acordo com a Secretaria de Educação do Goiás, o maior projeto do mundo na área de alimentação, atendendo 21% da população brasileira. Esse programa recebe recursos oriundos do salário educação, que segundo a Constituição Federal (art. 212, § 5º) é fonte adicional de contribuição à educação básica, recolhida pelas empresas na forma da lei, e regulamentado pelas leis nºs 9.424/96, 9.766/98, Decreto nº 6003/2006 e Lei nº 11.457/2007 (Colares e Colares, 2009). É gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (uma autarquia vinculada ao MEC), responsável por distribuir os recursos do salário-educação e transferir, por meio de seus programas como

PNAE, PNATE, PDDE, Fundeb e Proinfância, os recursos financeiros para os Governos Estaduais, Distrito Federal, Prefeituras Municipais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) que trabalham com a educação básica (MEC, 2009).

Todos os Estados, Distrito Federal e municípios podem participar do PNAE, no entanto, devem cumprir as seguintes exigências:

- Aplicar os recursos exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios;
- Instituir um Conselho de Alimentação Escolar (CAE);
- Prestar contas dos recursos recebidos ao CAE (que analisa e remete ao FNDE);
- Cumprir as normas estabelecidas pelo FNDE na aplicação dos recursos (MEC, 2009).

Mas, de acordo com o MEC (2009), a Entidade Executora (Estados, Distrito Federal e municípios) não pode gastar os recursos do programa com qualquer tipo de gênero alimentício. Deverá adquirir os alimentos definidos nos cardápios do programa de alimentação escolar, que são de responsabilidade da Entidade Executora, elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do CAE e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semi-elaborados e aos in natura.

O PNAE tem caráter suplementar e, atualmente, o valor per capita repassado pela União é de R\$ 1.00 (um real) por aluno de creches públicas e filantrópicas, de R\$ 0.50 (cinquenta centavos) por estudante da pré-escola, R\$ 0.30 (trinta centavos) do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, R\$ 0.60 (sessenta centavos) para os alunos indígenas e quilombolas e R\$ 0.90 (noventa centavos) para alunos do ensino integral (Programa Mais Educação). O repasse de recursos é feito diretamente aos estados e municípios, em contas correntes específicas abertas pelo próprio FNDE, sem a necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer instrumento, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao atendimento. O programa é acompanhado e fiscalizado pelo Conselho de Alimentação Escolar - CAE, FNDE, Controladoria da União - CGU, Tribunal de contas - TCU e Ministério Público - MP (MEC, 2009).

O Distrito Federal possui Conselho de Alimentação Escolar (CAE), e segundo MEC (2009), todo CAE deve ser constituído por 07 membros assim distribuídos:

- 01 representante do poder Executivo;
- 01 representante do poder Legislativo;
- 02 representantes dos professores;
- 02 representantes de pais de alunos, indicados formalmente pelos conselhos escolares, associações de pais e mestres ou entidades similares;
- 01 representante de outro segmento da sociedade civil, indicado formalmente pelo segmento representado;

Cada membro titular do CAE terá um suplente da mesma categoria. E de acordo com MEC (2009), o CAE é responsável por:

- Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
- Acompanhar e monitorar a aquisição dos produtos adquiridos para o PNAE, zelando pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, até o recebimento da refeição pelos escolares; receber e analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora e remeter ao FNDE apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira com parecer conclusivo;
- Orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios em depósitos da Entidade Executora e/ou escolas;
- Comunicar a Entidade Executora a ocorrência de irregularidades em relação aos gêneros alimentícios, tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvio, furtos, etc., para que sejam tomadas as devidas providências;
- Divulgar, em locais públicos, o montante dos recursos financeiros do PNAE transferidos à Entidade Executora;
- Noticiar qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE ao FNDE, à Controladoria Geral da União, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União;
- Acompanhar a elaboração dos cardápios, opinando sobre sua adequação à realidade local;

- Acompanhar a execução físico-financeira do programa, zelando pela sua melhor aplicabilidade.

No entanto, a transferência dos recursos financeiros do PNAE é feita em 10 parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para a cobertura de 200 (duzentos) dias letivos. Cada parcela corresponde a 20 (vinte) dias de aula: do montante, 70% dos recursos são destinados à compra de produtos alimentícios básicos e 30% para a aquisição de produtos alimentícios perecíveis e semi-perecíveis oriundos preferencialmente da agricultura familiar.

VEIGA et al. (2001) ressaltam a importância da presença da agricultura familiar, visto que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura.

Mas, somente após análise da prestação de contas e registro em ata, o CAE emitirá o parecer conclusivo da execução do PNAE e o encaminhará ao FNDE, até o dia 28 de fevereiro do mesmo ano, juntamente com o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-financeira do PNAE, acompanhado do extrato bancário da conta única e específica (MEC, 2009).

Caso a Entidade Executora não apresente a prestação de contas ou nelas for encontrada alguma irregularidade grave, o CAE deverá comunicar o fato, mediante ofício, ao FNDE, que, no exercício da fiscalização e supervisão que lhe compete, adotará as medidas pertinentes, instaurando, se necessária, a respectiva tomada de contas especial (MEC, 2009).

O valor a ser repassado para a entidade executora é calculado de acordo com a seguinte fórmula: **TR = n° de alunos x n° de dias x valor per capita** do ano anterior, onde: TR= total de recursos recebidos. Outros produtos, equipamentos e materiais devem ser fornecidos pela Entidade Executora (utensílios de cozinha, gás, entre outros), MEC, (2009). Nesse sentido, o artigo 7º da Lei nº 11.947/2009 vem afirmar o disposto pelo MEC (2009) e nos diz que a aquisição dos gêneros alimentícios para o cumprimento do cardápio é também de responsabilidade dos Estados, Distrito Federal e municípios, os quais devem efetuar complementação financeira para a melhoria do cardápio escolar.

3. ELABORAÇÃO DO CARDÁPIO DA MERENDA ESCOLAR

O cardápio escolar deve ser elaborado por um nutricionista habilitado, com acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar e cumprir no mínimo 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e quilombolas e 15% para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, respeitando os hábitos alimentares. Para Mascarenhas e Santos (2006), a ingestão de uma alimentação saudável é importante desde a infância, período que constitui a base da formação do ser humano e que é a fase em que são formados os principais hábitos alimentares.

De acordo com o PEA/DF – Programa de Alimentação Escolar do Distrito Federal, os cardápios deverão ser diferenciados para cada faixa etária dos estudantes e para os que necessitam de atenção específica, e deverão conter alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, tradições e hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar. O PEA/DF (2010) visa cumprir a determinação da Lei nº 11.947/2009 no seu artigo 7º sobre a responsabilidade da complementação do cardápio escolar, e tem por objetivo principal contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Nas escolas do Distrito Federal os gêneros alimentícios são adquiridos por meio de licitação pública, com a apresentação de amostras para análise de rotulagem, da embalagem, da propriedade organoléptica (visão, tato, paladar, olfato), realizada por equipe técnica composta por representantes da Secretaria da Educação do Distrito Federal - SEDF, Secretaria de Estado de Saúde - SES (responsável pelo controle de qualidade dos alimentos oferecidos aos alunos) e CAE/DF e, posteriormente, para análise laboratorial, com a finalidade de atestar sua adequação ao padrão de identidade e qualidade exigido pelos órgãos competentes (PNAE, MS, SES). Após a conclusão do processo

licitatório, sua distribuição é definida de acordo com a programação de cardápios prevista para um determinado período (PEAE/DF, 2010).

Para o PEAE/DF (2010), a programação de todas as ações iniciais para definição dos cardápios, pauta na aquisição de alimentos e respectivos quantitativos necessários ao atendimento de um determinado período letivo, por isso é necessário definir:

- Número de alunos;
- Dias de atendimento;
- Seleção e elaboração dos cardápios, de acordo com os hábitos e preferências alimentares;
- Valor nutricional das refeições;
- Facilidade na aquisição, estocagem e preparo;
- Quantidade “per capita” dos alimentos;
- Custo “per capita” das refeições;
- Frequência de utilização;
- Prazo de validade dos alimentos.

A fim de cumprir essa exigência do PEAE/DF (2010), a escola pesquisada, CEF 11 do Gama, durante esta investigação, planejou o seguinte cardápio:

Cardápio 2012					
Dias da Semana	Datas e Lanches				
2ª feira	27/ago	3/set	10/set	17/set	24/set
	Biscoito amanteigado/leite com café	Cereal de chocolate/leite	Biscoito amanteigado/leite com café	Biscoito cream cracker/leite com café	Cereal de chocolate/leite
3ª feira	28/ago	4/set	11/set	18/set	25/set
	Arroz doce	Biscoito cream cracker/leite	Biscoito cream craker/suco de uva	Biscoito amanteigado/leite caramelado	Biscoito cream cracker/leite
4ª feira	29/ago	5/set	12/set	19/set	26/set
	Cereal de chocolate/leite	Biscoito amanteigado/suco de uva	Arroz doce	Frapê de chocolate	Biscoito amanteigado/suco de uva
5ª feira	30/ago	6/set	13/set	20/set	27/set
	Vitamina de banana	Biscoito cream cracker com uma fatia de melancia	Biscoito cream cracker/vitamina de mamão	Vitamina de banana com maçã	Pão de forma com requeijão/vitamina de banana com mamão
6ª feira	31/ago	7/set	14/set	21/set	28/set
	Biscoito amanteigado com leite e uma fatia de melão	Feriado	Frapê de chocolate com banana	Biscoito amanteigado/suco de uva	Pão de forma com manteiga/suco de pêssego

Tabela 1- Cardápio oferecido pela escola CEF 11/Gama-DF no período matutino a partir de 27/08 a 28/09 de 2012.

Porém, a qualquer momento, o planejamento poderá ser revisto, considerando a interveniência de variáveis, tais como: falta de oferta de algum

produto, reprovação do produto em análise laboratorial, desclassificação de propostas, dentre outras (PEAE/DF, 2010).

Contudo, após a entrega dos gêneros alimentícios não-perecíveis, a SES recolhe amostras para submetê-las à análise laboratorial e emite os laudos contendo resultados que apontam se o alimento é próprio (laudo favorável) ou impróprio (laudo condenatório) para o consumo. Os alimentos perecíveis e semiperecíveis são submetidos à análise sensorial a ser realizada como rotina pela instituição educacional responsável pelo seu recebimento, por se tratar de gênero alimentício com prazo de validade curto (PEAE/DF, 2010).

A preocupação na elaboração de cardápio escolar nutritivo é devido aos altos índices de obesidade e desnutrição infantil que, segundo Dutra e Marchini (1996), são problemas de saúde relacionados à alimentação que vem aumentando de forma gradativa em todo o Brasil, principalmente no que refere à obesidade de adultos e crianças. E de acordo com França (2008), a obesidade ocorre devido às mudanças nos hábitos alimentares, como o aumento no consumo de produtos industrializados, a falta de atividade física, fatores genéticos, entre outros.

4. ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL 11_GAMA-DF

A Escola de Ensino Fundamental 11 (CEF 11) foi inaugurada pelo governo municipal há aproximadamente 24 anos na cidade satélite do Gama no Distrito Federal, com o objetivo de levar a população local estudo nas séries do ensino fundamental e EJA. Sua estrutura física é composta por 30 salas: 14 salas de aula, 01 laboratório de informática, 01 laboratório de ciências, 01 biblioteca, 01 de recursos inclusivos (para alunos somente da própria escola), 01 de condutas inclusivas (para alunos internos e externos à escola), 01 de coordenação pedagógica, 01 de professores, 01 disciplinar, 01 de orientação, 01 de música, 01 secretaria, 01 de direção, 01 cantina, 01 refeitório, 01 lanchonete e 01 de armazenamento de gêneros alimentícios, 04 banheiros, 01 pátio, 01 quadra de esporte e 01 estacionamento.

O quadro de profissionais é composto por: 01 diretor, 01 Vice-Diretora, 01 Orientadora, 01 Coordenadora do regime integral, 03 Coordenadores do

regime regular diurno, 01 Coordenador da EJA (Educação de Jovens e Adultos) noturno, 01 Supervisora Pedagógica, 82 professores (79 regentes e 03 readaptados), 06 na área administrativa (secretaria), 18 terceirizados: 05 na cantina, 09 na limpeza e 04 vigilantes.

O CEF 11 funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

- **Matutino** - 07 (sete) turmas de 6º ano e 04 (quatro) de 7º ano. Cada turma permanece na escola o dia todo uma vez na semana, sendo oferecido nesse dia um lanche no período da manhã, o almoço e outro lanche no vespertino.
- **Vespertino** - 03 (três) turmas de correção de idade e série (CDIS), 05 (cinco) de 8º ano e 04 (quatro) de 9º ano;
- **Noturno** - Todas as turmas são do EJA (Educação de Jovens e Adultos) do segundo segmento - Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano).

5. OBJETIVOS

5.1 GERAL

Mostrar a importância de avaliar constantemente a aceitabilidade da merenda escolar pelos discentes para a elaboração de um cardápio nutritivo, que respeite os hábitos alimentares dos escolares e que favoreça boas práticas alimentares, permitindo assim a diversificação desse cardápio e minimizar desperdícios, sem fugir às regras estabelecidas pelo PNAE e PEA/DF.

5.2 ESPECÍFICOS

- Investigar se os alunos gostam da merenda servida na escola;
- Verificar se os alunos consideram a merenda ofertada na escola saudável;
- Verificar quais as sugestões dos alunos para merenda escolar.

6. METODOLOGIA

A abordagem deste trabalho foi pautada em um estudo quantitativo que visa mostrar, por meio dos números, os dados obtidos em campo. Qualitativo também, pois o investigador também participa e interage com os participantes, ou seja, trabalha considerando as percepções e sentimentos (valores, crenças, hábitos) tendo como material essencial à palavra (Coelho, 2011).

O instrumento utilizado foi um questionário semi-estruturado (com perguntas fixas, mas, que mantém uma abertura para respostas abertas), aplicado a uma amostra aleatória de 40 alunos do turno matutino, de ambos os sexos. O mesmo teve como objetivo principal verificar a aceitabilidade apenas da merenda escolar (lanche) oferecida aos estudantes dessa escola.

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das informações obtidas por meio dos questionários aplicados aos alunos (em anexo) foi possível obter os seguintes resultados:



Figura 1- Percentual de aluno investigados do CEF 11/Gama-DF que tomam café da manhã antes de vir para a escola.

A figura 1 nos mostra que 60% dos alunos pesquisados tomam café da manhã antes de vir para a escola e o restante com 20% cada, não tomam ou às vezes tomam café da manhã em casa. A maioria prefere tomar café da manhã em casa porque não tem conhecimento do cardápio que será oferecido na escola.

Para Jacobi (2008, p. 134), a educação para a cidadania "... representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação na defesa da qualidade de vida". Sendo assim o cardápio escolar deve ser disponibilizado em murais na cantina da escola ou refeitório para que os alunos possam ter conhecimento da merenda ofertada diariamente, a fim de evitar que os alunos possam dar preferência a lanches não saudáveis.

Essa medida além de manter os alunos informados sobre a merenda que será ofertada, também contribui para evitar o desperdício e favorece a aceitação da mesma pelos estudantes da escola, que passam a comê-la mais frequentemente.

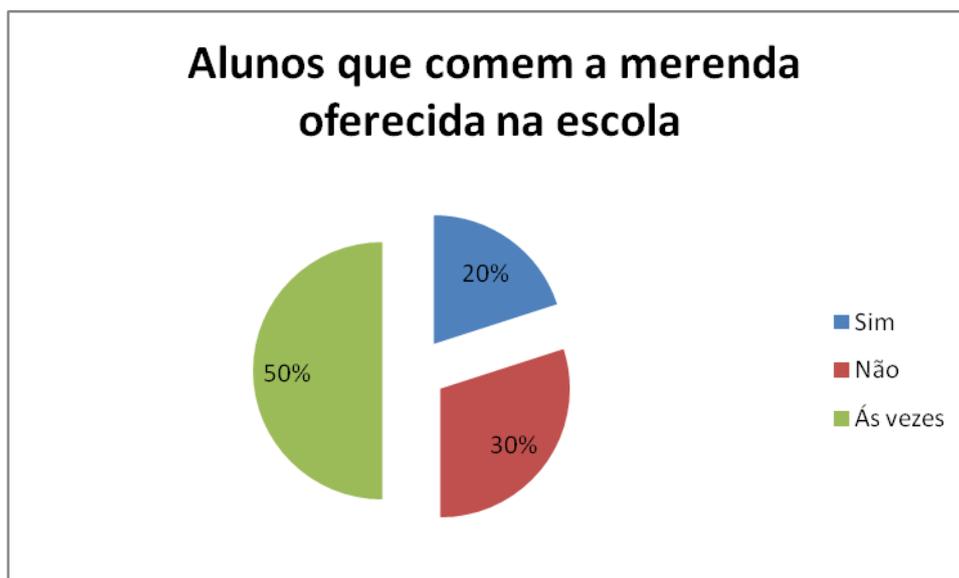


Figura 2- Percentual de alunos pesquisados que comem a merenda oferecida na escola CEF 11/Gama -DF.

Ao observarmos a figura 2 podemos perceber que metade dos alunos pesquisados às vezes comem a merenda oferecida na escola, 30% não comem e a minoria (20%) comem a merenda oferecida. Avaliando as respostas dos questionários, observamos que os mesmos alunos que não fazem refeição em casa pela manhã sempre comem o lanche oferecido pela escola, fato esse vindo a ser comprovado pelas respostas que compõem a figura 1.

Por isso, a merenda escolar segundo Gaglianone (2003), deve ser atrativa aos olhos dos estudantes e requer observações quanto ao preparo e maneira de servir os alimentos, levando em conta o aspecto final “do prato” por meio da combinação de cores e consistência, pois são fatores que influenciam na aceitação da refeição.

O aspecto final do prato também influencia o gosto pela merenda escolar e faz com que alguns alunos deixem de degustá-lo, passando a não gostar do lanche oferecido pela escola. Nesse sentido, segundo Rita Martins (2004) a busca de uma maior aceitação e adesão dos alunos à alimentação escolar deve partir da realização de diagnósticos sobre as suas preferências alimentares.



Figura 3- Percentual de alunos pesquisados que gostam da merenda servida na escola CEF 11/Gama-DF.

Ao analisarmos a figura 3 percebemos que 60% dos alunos pesquisados não gostam da merenda oferecida na escola, 30% gostam e 10% às vezes gostam. Analisando as respostas dos questionários, observamos que os alunos que não gostam da merenda oferecida na escola correspondem aos mesmos que tomam café da manhã em casa, fato esse vindo a ser comprovado pelas respostas que compõem a figura 1. Para Weis et al, (2004) o índice de aceitabilidade dos cardápios, por parte dos alunos, deve ser superior a 85%, e este resultado encontrado na escola investigada (aproximadamente 30%) vem demonstrar que a aceitabilidade da merenda presente no cardápio está 55% abaixo do índice estipulado para avaliar a aceitabilidade dos cardápios.

Nesse sentido, segundo Jacobi (1999), há necessidade de se incrementar os meios e a acessibilidade à informação, bem como o papel indutivo do poder público nos conteúdos educacionais e informativos de sua oferta, dando novas estratégias e opções para alteração do quadro.

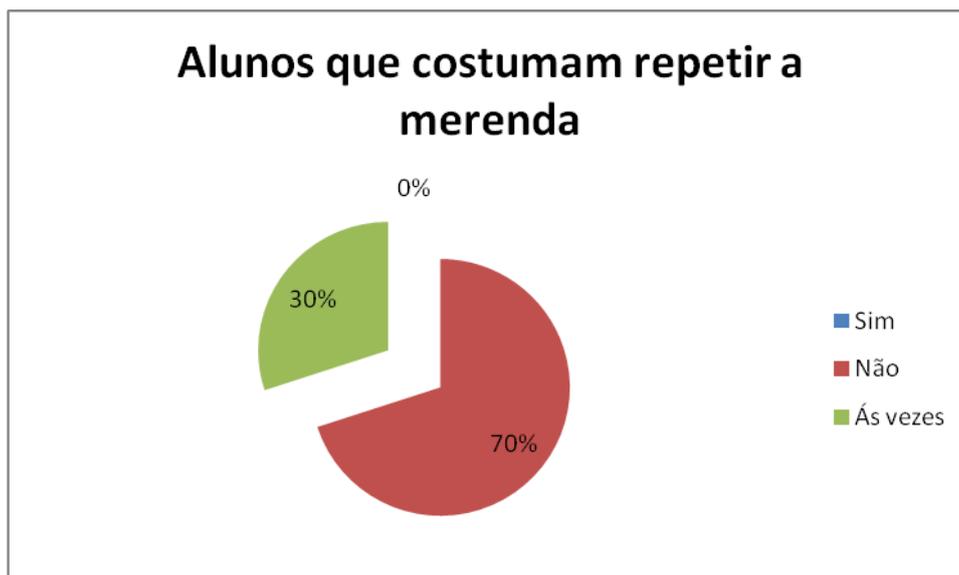


Figura 4- Percentual de alunos pesquisados que costumam repetir a merenda escolar ofertada pelo CEF 11 Gama-DF.

Analisando a figura 4 percebemos que a maioria (70%) dos alunos pesquisados não repete a merenda escolar e 30% às vezes repetem. A maioria dos alunos que não repetem a merenda escolar vão de acordo aos 60% que não gostam da merenda oferecida na escola e aos 10% que às vezes gostam (dados que podem ser confirmados na figura 3), por não gostarem não sentem motivados a repetir.

No entanto, a repetição ou não repetição não está relacionada à alimentação saudável e balanceada. A merenda escolar ocasiona oportunidade para que os escolares sejam estimulados a conhecer, valorizar e aceitar com satisfação novos alimentos, adquirir boas práticas alimentares, além de comportamentos adequados do ponto de vista alimentar e de higiene (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, a escola deve oferecer alimentos saudáveis aos alunos, bem como, informá-los sobre alimentação saudável para que possam identificá-la e incentivá-los a inseri-la em seus hábitos diários. De acordo com Loureiro (2004), é no meio educativo que se faz a compreensão de modo articulado das dimensões ambientais e sociais, problematizando a realidade e buscando as raízes da crise, bem como soluções.



Figura 5- Percentual de alunos pesquisados que consideram a merenda escolar ofertada pelo CEF 11/ Gama-DF saudável.

Ao observar a figura 5 podemos perceber que 40% dos alunos pesquisados consideram a merenda oferecida na escola saudável, enquanto 40% opõem-se, ficando apenas 20% considerando-a às vezes saudável. Esse resultado vem mostrar a importância das escolas estarem informando seus alunos sobre alimentação saudável. Pois, essa informação é imprescindível para a escolha de alimentos nutritivos, bem como a aquisição de bons hábitos alimentares. Segundo Castro (2007), práticas educativas em saúde que utilizam conteúdo informativo e motivador privilegiam a construção do conhecimento, valorizando o ato simbólico da alimentação relacionando a prática de atitudes direcionadas a própria saúde.

Mas, isso não quer dizer que a escola deve montar um cardápio sem investigar as preferências dos alunos. Essa investigação é favorável para a montagem de um cardápio escolar atrativo.

Alimentação saudável é alimentação naturalmente colorida. A manutenção de uma alimentação saudável é importante desde a infância, justamente por formar melhores hábitos alimentares. Os familiares e a escola são muito importantes nessa idade, pois é por meio deles que a criança passa a conhecer novos alimentos. (Lima, 2003, p. 43).



Figura 6- Sugestões dos alunos da escola CEF 11/Gama- DF para a merenda escolar.

Analisando a figura 6 podemos perceber que a maioria dos alunos pesquisados sugere como merenda escolar: cachorro quente, lanches menos repetido, batata-frita, pizza, pão com hambúrguer, refrigerante e sorvete. Enquanto a minoria prefere sucos variados e frutas.

Esse resultado nos mostra que a maioria está acostumada com um tipo de alimentação não saudável preferindo comidas mais rápidas conhecidas como *fast food*. Como foi falado anteriormente, o modo de vida da população brasileira está mudando drasticamente devido a correria do dia a dia, e em consequência temos mudanças dos hábitos alimentares de modo negativo com consumo de comidas menos nutritivas. Nesse caso a escola faz parte central na reeducação alimentar promovendo aprendizagem de conceitos importantes e mudanças de atitude e comportamento para um estilo de vida saudável, ensinando e estimulando uma alimentação balanceada e equilibrada, socializando o conhecimento sobre os alimentos e o processo de alimentação. Uma alimentação inadequada traz sérias consequências à saúde do indivíduo, deixando o organismo mais propenso a doenças e a uma baixa qualidade de vida (França, 2008).

Nesse sentido, a merenda escolar é um momento oportuno para favorecer a formação de bons hábitos alimentares, tendo em vista que também

é uma das formas dos estudantes terem noção sobre alimentação saudável (Mura, 2007).

A pesquisa realizada mostrou que a aceitação da merenda escolar está abaixo do percentual estipulado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, isso acontece porque os alunos investigados desconhecem o valor nutritivo dos alimentos oferecidos no cardápio da merenda escolar, uma vez que este vem suprir a alimentação dos alunos durante a permanência destes na escola.

Sendo assim, o simples cumprimento do que é preconizado pela legislação não basta para que o programa de alimentação escolar, ou seja, que a merenda escolar oferecida na escola tenha sucesso. É essencial que se avalie e acompanhe as práticas envolvidas na elaboração e fornecimento da merenda, bem como a montagem do cardápio, considerando sua importância no desenvolvimento cognitivo da criança e do adolescente.

No contexto abordado nesse trabalho, a escola constitui um ambiente valioso para o desenvolvimento de ações educativas na área de nutrição e saúde. Além disso, por dispor de recursos do Programa de Alimentação Escolar, como é o caso na rede pública de ensino, a escola deve possibilitar aos alunos a oportunidade de acesso à informação sobre alimentação saudável.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada mostrou que os alunos investigados desconhecem o valor nutritivo dos alimentos oferecidos no cardápio da merenda escolar. Diante desse contexto, a proposta para a construção de um aprendizado significativo na vida desse aluno é inserir no projeto político pedagógico da escola projetos ou campanhas que sejam relevantes para o cotidiano destes. Projetos que os permita participarem ativamente das ações propostas. A participação dos alunos se faz necessária desde a elaboração dos projetos até a escolha do cardápio, a fim de motivá-los na busca do conhecer, do aprender fazendo, levando-os à aceitabilidade da merenda escolar a partir do conhecimento do valor nutricional presente nos alimentos, conscientizando-se sobre a importância de adotar um estilo de vida saudável.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. DOU no. 191-A de 5 de outubro 1988.

CALIL, R.; AGUIAR, J. *Nutrição e administração nos serviços de alimentação escolar*. São Paulo: Marco Markovitch, 1999. 80p.

CASTRO, I.R.R.; SOUZA, T.S.N.; MALDONADO, L.A.; CANINÉ, L.A.; ROTENBERG, S.; GUGELMIN, S.A. A culinária na promoção da alimentação saudável: delineamento e experimentação de método educativo dirigido a adolescentes e a profissionais das redes de saúde e de educação. *Ver. Nutr., Campinas*, 20(6): 571-588, nov./dez., 2007.

COELHO, F. B. R. *Etinobiologia*. Brasília: Consórcio Setentrional, 2011, Módulo 08 pg. 03-05.

COLARES, M. L. I. S. e COLARES, A. A. *Gestão, Financiamento e Administração*. Brasília: Consórcio Setentrional, 2009, Módulo 05 pg. 26-32.

DUTRA- De – OLIVEIRA, J.E; CUNHA, S. F. C; MARCHINI, J. S. *A desnutrição dos pobres e dos ricos: Dados sobre a alimentação no Brasil*. Editora Xavier. São Paulo. 1996.

Educação. Para a educação melhorar, todos devem participar. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 30 set. 2012.

FRANÇA, N. M. *Vida Saudável*. Brasília: Consórcio Setentrional, 2008, pg. 114-124.

GAGLIANONE, C.P. *Educação Nutricional: Teoria e Prática. Anuário de Pediatria*, São Paulo, v.4, n.21, p.59-62, 2003.

JACOBI, P.R. *Educação, meio ambiente e cultura – transformando as práticas*. In: PARENTE, T.G.; MAGALHÃES, H.G. (Org.). **Linguagens plurais: cultura e meio ambiente**. Bauru: EDUSC, 2008. p. 131-142.

JACOBI, Pedro. *Poder Local, Políticas Sociais e sustentabilidade*. São Paulo, n.8, p.31-48, 1999.

LIMA, Joseni França *Publicadora Brasileira*. n. 151, 14-22, jul. 1995. *O. Você é o que come. Vida e Saúde*. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, ano 65, n. 10, p. 42 e 43, out. 2003.

LOUREIRO, Isabel. *A importância da educação alimentar: o papel das escolas promotoras de saúde*. *Educação Alimentar: vol. 22, n. 2 – julho/dezembro 2004*.

MARTINS, Rita de Cássia Bertolo et al. Aceitabilidade da Alimentação Escolar no Ensino Público Fundamental. *Saúde em Revista*, Piracicaba, v.6, n.13, p. 71-78, 2004.

MASCARENHAS, Jean Márcia Oliveira; **SANTOS**, Juliana Cantalino dos. Avaliação da composição nutricional dos cardápios da alimentação escolar da rede municipal de Conceição do Jacuípe/BA. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 35, p. 75-90, jul/dez. 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE Política Nacional de alimentação e nutrição. Brasília, 2000.

MURA, J.D.P. Possibilidades e desafios da alimentação escolar na área pública. *Nutrição Profissional*, São Paulo, v. 3, n. 12, p. 28-34, mar./ abr. 2007.

VEIGA, J. E. ; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C.M.A.; BITTENCOURT, G. ; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p. Disponível em: < <http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecapublicacaoID=112>.> Acesso em 27 set. 2012.

Pipitone MAP. Programa de Alimentação escolar: um estudo sobre descentralização, escola e educadores [tese de doutorado]. Faculdade de Educação da Universidade de Campinas; 1997.

Weis B, Chaim NA, Belik W. Vamos fiscalizar a merenda escolar: de volta à luta contra a corrupção eleitoral. Disponível em: < <http://www.apoiofomezero.org.br/site/upload/cartilha.pdf> >. Acesso em: 24 set. 2012.

SAMPAIO, H.A.C.; SABRY, M.O.D.; RÊGO, J.M.C.; PASSAMAI, M.P.B.; SÁ, M.L.B.; MATOS, M.R.T.; PASSOS, T.U. Estado nutricional de escolares de um bairro da periferia da cidade de Fortaleza-Ceará. *Revista Nutrição em Pauta*, n.84, p.26. mai./jun. 2007. Disponível em: < http://www.nutricaoempauta.com.br/lista_artigo.php?cod=579. >. Acesso em: 28 set. 2012.

APÊNDICES

Questionário

Tema: Gosto pela Merenda Escolar

1. Antes de vir para a escola você toma café da manhã?
2. Você costuma comer a merenda oferecida na escola?
3. Você gosta da merenda servida?
4. Você costuma repetir a merenda?
5. Você considera saudável a merenda escolar?
6. Qual merenda você gostaria que tivesse na escola?